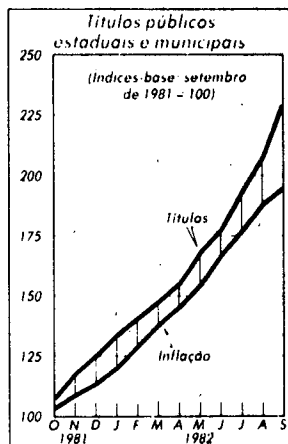


O debate sobre contas de São Paulo

por Antônio Gouveia Jr.
de São Paulo

A posição do candidato do PMDB a governador, Franco Montoro, se eleito, é rever as contas da dívida pública, tanto interna quanto externa, e estabelecer as condições em que será feita a sua amortização. Essa foi a manifestação oficial de Montoro, ontem, a este jornal, sobre o nível de endividamento do Estado de São Paulo no campo interno, que até setembro acumulou um saldo de obrigações emitidas no valor de Cr\$ 268 bilhões. Inquieto com as informações sobre a real situação das contas do estado, Montoro disse que "tudo o que for devido será pago nas condições a serem estabelecidas após uma análise criteriosa e, insisto, pública da situação econômico-financeira do estado".

Contudo, apesar do tom temeroso do candidato do PMDB, o nível de endividamento interno do estado — realizado pela emissão de Obrigação Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP) — não chega efetivamente a preocupar a equipe econômica que assessora o senador. Seu filho, André Franco Montoro Filho, professor de Economia na USP e na PUC, observa que, "em termos de capacidade financeira, o Estado de São Paulo poderia ter endividamento maior do que tem hoje". Ele entende que o atual secretário da Fazenda, Affonso Celso Pastore, não ultrapassou a média aceitável na emissão de títulos públicos. Ele ressalva, todavia, que "isso é, porém, muito complexo por-



Fonte: Banco Central do Brasil, Departamento de Estatística e Informática, Boletim Mensal.

Nota: O índice de inflação de 1982 é baseado no índice de preços ao consumidor de 1981.

que temos de considerar o alto custo financeiro na colocação desses papéis, o que pode não ser muito interessante para o estado".

ORÇAMENTO

Montoro Filho forma, junto com os também professores de Economia Marcos Fonseca e José Serra, uma comissão de assessoria direta de Montoro na área econômica. Os três, nas últimas semanas, analisaram demoradamente o projeto de orçamento do estado, em tramitação na Assembleia Legislativa, e é com base na leitura do texto que Montoro Filho faz a sua análise. Pela sua avaliação, o orçamento prevê, na verdade, a redução do nível das ORTP no mercado. Para 1983, está orçada a emissão de títulos no valor de Cr\$ 107,729 bilhões e prevista a amortização de títulos a vencer no valor de Cr\$ 118,092 bilhões — o que representa a diminuição no endividamento interno em cerca de Cr\$ 10 bilhões.

A dúvida, para Montoro Filho, "é saber quanto desses papéis está com tomadores estaduais — Banespa e estatais — e quanto foi colocado com tomadores privados". Essa é uma informação que não consta no texto do orçamento e cujo domínio é decisivo para avaliar a margem de manobra na administração da dívida. Ele acha, no entanto, que "tem ocorrido má administração da dívida, o que provocou queda na imagem e qualidade das ORTP". Segundo ele, a Distribuidora de Valores do Estado de São Paulo (Divesp), que distribui as ORTP, "tem provocado queixas por estar funcionando como especuladora com esses papéis, o que tem insatisfeito o mercado e os operadores".

Seja como for, a equipe de assessores econômicos de Montoro não se revela excessivamente preocupada com o volume de endividamento interno do estado. Pelas palavras tanto de Montoro Filho quanto de Marco Fonseca, eles creem que essa questão não se encontra entre os itens impossíveis de serem administrados. O maior problema estaria nas "contas a pagar", que giram entre Cr\$ 120 bilhões e 200 bilhões.